



# **Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema<sup>1</sup>**

**Valdir Roque Dallabrida<sup>2</sup>**

## **Resumo**

É comum sustentar a existência de uma relação entre cultura e desenvolvimento. Muitas obras já tem se dedicado ao tema. Neste texto teve-se a pretensão de contribuir no debate, resgatando algumas origens teóricas da relação entre economia, cultura e desenvolvimento, presente nas diferentes correntes teóricas. Utiliza-se uma síntese das teorias do desenvolvimento, a partir da qual são destacadas as concepções teóricas que justificam tal relação. Conclui-se que na definição de desenvolvimento, ao diferenciar-se de crescimento econômico e contemplar a noção de mudanças estruturais nas dimensões econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, não só há uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento. A dimensão econômica e a cultura são elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento, junto com a dimensão social, política, espacial, ecológica e tecnológica.

**Palavras-chave:** Economia; Cultura; Desenvolvimento; Teorias do Desenvolvimento

---

*Recebimento: 17/08/2010 • Aceite: 05/02/2011*

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado, numa versão resumida, no Seminário Interinstitucional sobre Economia, Cultura e Desenvolvimento, realizado na Universidade do Contestado, nos dias 30 e 31 de julho/2010.

<sup>2</sup> Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Regional, professor e pesquisador com atuação no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (Canoinhas-SC). End: Rua Roberto Elhke, 85 Centro - Canoinhas, SC - Brasil E-mail: valdirroqued897@gmail.com

## **Economy, Culture and Development: a first approximation on the theoretical origins of the approach of the subject**

### **Abstract**

It is common the existence of a relation supports between culture and development. It already has many works if dedicated to the subject. In this text the claim had been to contribute in the discussion, rescuing some theoretical origins of the relation between economy, culture and development, present in the different theoretical currents. There is used a synthesis of the theories of the development, from which there are detached the theoretical conceptions that justify such a relation. We conclude that the definition of development, when differentiated from economic growth, and contemplated the notion of structural changes within economic, social, cultural and technological changes, there is not only a relationship between economy, culture and development. The economic dimension and culture are the constituent elements of development processes, along with the social, political, spatial, ecological and technological developments.

**Keywords:** Economy; Culture; Development; Theories of the Development

## Considerações preliminares

Atualmente, é comum sustentar que a cultura e o desenvolvimento estão intimamente ligados. No entanto, tal afirmação pode nos levar a incorrer em vários equívocos. Um deles é o fato de tornar algumas abordagens teóricas sobre desenvolvimento como verdadeiros dogmas. O outro, segundo afirma Hermet (2002), é que sua defesa pode nos levar a interpretações do tipo deterministas, ou de predestinação, a partir do que algumas sociedades – as que possuem determinados valores e tradições como, por exemplo, uma propensão ao associativismo, à cooperação, à organização social e ao civismo –, estariam predestinadas ao desenvolvimento indefinido, enquanto outras, que não possuem tais características, estariam condenadas à miséria econômica e social.

Muitas obras foram produzidas nas últimas décadas ressaltando a relação economia, cultura e desenvolvimento. Dentre as abordagens que mais se destacam é a que está sintetizada em conceitos como os de capital social (PUTNAM, 2000), capital sinérgico (BOISIER, 1998), densidade institucional (FERNÁNDEZ, 2004), além de outros, que relacionam os valores culturais com a dinamização das atividades produtivas e o desenvolvimento.

Tais conceitos tem uma relação direta, principalmente, com concepções teóricas como as da Escola ou Teoria da Regulação e da Escola do Institucionalismo e Neo-Institucionalismo. No entanto, já alguns autores clássicos e neo-clássicos da Economia faziam menção ao fato de que a explicação da existência de um maior dinamismo socioeconômico em algumas regiões, não era só o fator econômico.

Neste ensaio, pretende-se contribuir no debate do tema, resgatando algumas origens teóricas da relação entre economia, cultura e desenvolvimento. A presente abordagem utiliza como referencial a literatura nacional e internacional sobre as teorias do desenvolvimento. A partir da revisão da literatura, sintetizam-se os principais enfoques teóricos que fazem uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento, principalmente os mais contemporâneos. O propósito principal é proporcionar aos leitores referências teóricas sobre o tema. Resgatam-se partes do texto de uma obra publicada recentemente (DALLABRIDA, 2010).

## **Origens teóricas do debate sobre a relação economia, cultura e desenvolvimento**

Ao revisar a literatura internacional que faz referência às teorias do desenvolvimento, percebe-se que, em vários momentos da histórica, algumas correntes teórico-filosóficas, direta ou indiretamente, fizeram referência à relação entre economia, cultura e desenvolvimento. Ao se buscar as origens teóricas, é necessário fazer dois recortes. Um deles, resgatando suas origens nas abordagens clássicas e neo-clássicas. Outro, mais profícuo, é fazer o resgate nas abordagens surgidas a partir da segunda metade do século 20.

### **A origem teórica nas teorias clássicas e neoclássicas**

Entre os economistas clássicos, já estava presente a preocupação com a qualidade de vida da população, logo, com o desenvolvimento e não apenas com o crescimento econômico. Na verdade tal preocupação pode-se dizer que esteve na origem da Economia. Assim, a problemática central tratada pelos chamados 'economistas clássicos' (como por exemplo, Adam Smith, Thomas Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill) era como melhorar as condições de vida da população através de um aumento no acúmulo de riquezas. Entre os economistas clássicos, o meio sócio-cultural já era considerado como uma variável importante para explicar o crescimento econômico, principalmente em termos de sua estabilidade. Em Adam Smith, o meio sócio-cultural era considerado uma variável exógena, agindo sobre o sistema, determinando o comportamento das variáveis econômicas. Já, para Marx, o processo social determinava-se pela motivação econômica. São relações indiretas entre economia, cultura e desenvolvimento.

Já, entre os economistas neoclássicos, essa preocupação aparece mais explicitamente, mesmo que ainda de forma indireta. Em Marshall<sup>3</sup>, por exemplo, as alusões feitas à 'atmosfera industrial', ou ao conceito de 'distrito industrial', entende-se serem referências que possam ser interpretadas como relações claras entre economia, cultura e desenvolvimento.

Marshall em seus estudos destacou a organização industrial e a divisão do trabalho, como geradoras de economias de escala, e

---

<sup>3</sup> Marshall (1891). Obra publicada no Brasil: Marshall (1982).

investimentos em infra-estruturas, criadores de economias externas<sup>4</sup>. Para Marshall algumas condições facilitarão para se conseguir economias externas: (1) pela concentração de indústrias em um mesmo local, gerada pelas interdependências tecnológicas existentes entre atividades, que permitem minimizar custos de transporte de insumos; (2) pela formação de um mercado de trabalho especializado; (3) pela troca de idéias entre empresários, que podem se reunir com mais facilidade; (4) pelas melhorias nas infra-estruturas efetuadas por particulares ou pelo Estado, beneficiando o conjunto do complexo industrial localizado no mesmo espaço. As condições que favorecem as economias externas reproduzem economias de escala. Contudo, a aglomeração excessiva de indústrias em um mesmo local pode produzir deseconomias externas, como a elevação dos terrenos e salários, devido ao aumento da concorrência<sup>5</sup>.

Marshall popularizou-se também pela introdução da noção de 'distritos industriais', o que tem exercido forte influência em muitos dos debates contemporâneos voltados ao estudo de processos localizados de desenvolvimento. A noção de distrito industrial marshalliana faz referência ao fenômeno, presenciado ainda no século XIX, de concentração de empresas especializadas em um ramo de produção em certas comunidades inglesas, com uma divisão de trabalho entre pequenos produtores baseada em laços de solidariedade. Segundo Marshall, no entanto, **a cooperação econômica explica apenas em parte as vantagens de um distrito industrial e por isso o seu interesse pelos distritos industriais vai além dos aspectos econômicos, reconhecendo que o quadro de análise deve incluir também a dinâmica sociocultural das regiões**<sup>6</sup>. Com isso ele chama a atenção para os valores imateriais da localização (as relações sociais, a cultura local) para mostrar que a dinâmica industrial não pode ser reduzida ao seu aspecto mercantil. A expressão 'atmosfera industrial' cunhada por

---

<sup>4</sup> **Economia de escala** é aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, buscando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços. Ela ocorre quando a expansão da capacidade de produção de uma empresa ou indústria provoca um aumento na quantidade total produzida sem um aumento proporcional no custo de produção. Como resultado, o custo médio do produto tende a ser menor com o aumento da produção. Mais especificamente, existem economias de escala se, quando se aumentam os fatores produtivos (trabalhadores, máquinas, etc.), a produção aumenta mais do que proporcionalmente (Síntese, a partir de: SANDRONI, 1985).

<sup>5</sup> Conf.: Souza (2005).

<sup>6</sup> Aqui, e na seqüência do texto, são feitos alguns destaques em negrito, para ressaltar a referência ao tema.

Marshall designa o meio ambiente favorável dos distritos industriais, envolvendo a concentração de recursos humanos, a grande importância do sistema educativo, a herança social de especializações e as trocas de informações e competências.

Por fim, **Marshall defendia a existência de fatores não-econômicos que contribuíam no desenvolvimento**. Apontou: (1) o aperfeiçoamento das leis e instituições; (2) a mobilidade da mão-de-obra; (3) o grau de urbanização; (4) a preocupação econômica dos indivíduos com o futuro e que eleva a sua propensão à poupar no presente; (5) os investimentos em educação geral e técnica, ou seja, no capital humano. Uma contribuição fundamental do autor foi chamar a atenção para a importância da organização interna das empresas, no processo de crescimento individual e coletivo, além de ressaltar os valores imateriais da localização (as relações sociais, a cultura local), mostrando que a dinâmica industrial, ou da própria economia em geral, não pode ser reduzida ao seu aspecto mercantil.

Outro autor, Schumpeter<sup>7</sup>, pode ser relacionado entre os economistas neoclássicos que, na sua contribuição teórica sobre desenvolvimento faz referências entre economia, cultura e desenvolvimento, principalmente por ser considerado um evolucionista.

O termo evolucionismo, nas ciências sociais, foi um princípio proposto para a interpretação dos fatos sociais, consubstanciado no conceito de evolução, que se popularizou no meio científico no final do século XIX. Apesar do evolucionismo ter influências nas teorias darwinianas da evolução, nas ciências sociais aplicadas, teve influência marcante no conceito de evolução cultural. Na antropologia tem se utilizado o conceito de evolucionismo social, o qual refere-se às teorias segundo as quais se acredita que as sociedades têm início num estado primitivo e gradualmente tornam-se mais civilizadas com o passar do tempo. Além de influenciado pela biologia darwiniana, o evolucionismo social tem raízes na filosofia iluminista e pós-iluminista. Em síntese, assumia-se que as sociedades começavam primitivamente e, naturalmente, iam progredindo<sup>8</sup>.

**Nas discussões sobre desenvolvimento, evolucionismo, para Schumpeter, é muito mais do que simples transformação social ou histórica. Para o autor, as variações nas crenças, no estoque de conhecimentos e de técnicas, nos hábitos de pensamento, são**

---

<sup>7</sup> As observações são feitas com base em: Schumpeter (1985).

<sup>8</sup> Conf.: SILVA (1987).

**historicamente associadas a outras manifestações de evolução social.** Schumpeter incorporou nas suas idéias sobre inovação a concepção dos teóricos do evolucionismo. Assim, **instituições estáveis e modernas, favoreceriam o desenvolvimento.** Organizações que não conseguissem inserir-se e modernizar-se, não sobreviveriam. Para sobreviverem, as empresas precisariam adaptar-se continuamente ao meio socioeconômico em função das inovações tecnológicas adotadas pelas empresas líderes. Assim, incorporou em suas análises, aspectos tecnológicos, institucionais e de motivação na suas concepções sobre desenvolvimento.

É possível dizer que as abordagens neo-marxistas sobre desenvolvimento, indiretamente, faziam uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento. O marxismo teve uma grande influência teórica nos debates teóricos sobre desenvolvimento, especialmente nas décadas de cinquenta e sessenta, por exemplo, a corrente teórica do Estruturalismo Latino-americano, em especial a Escola da Dependência<sup>9</sup>.

A Escola ou Teoria da Dependência surgiu, nas suas diversas correntes, a partir da crise verificada nas teorias desenvolvimentistas e como resposta às análises que viam no processo de desenvolvimento da economia latino-americana a possibilidade de se construir na região um capitalismo autônomo a partir de um *continuum* evolutivo. São elas a corrente weberiana e a marxista<sup>10</sup>. A corrente weberiana, defendida por autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, formula uma análise que encontra os condicionantes do processo de desenvolvimento no tipo de integração estabelecido em os diversos grupos sociais, tanto internos como externamente, de forma que o

---

<sup>9</sup> **Estruturalismo** é o nome dado a uma perspectiva, a métodos de estudo e a teorias sociais que surgiram na antropologia social a partir do final de 1940, com a obra de C. Lévi-Strauss. Trata-se de uma posição totalizadora para o estudo dos fenômenos sociais. A sociedade é vista como uma totalidade integrada e coerente. O estruturalismo rejeita a postura teórica segundo a qual as sociedades são produtos de uma associação de indivíduos. Tem origem na idéia de um sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos. Esse conjunto de relações forma a estrutura. É um termo originário das Ciências Humanas, que passa a ser utilizado pelas Ciências Sociais e Aplicadas (Adaptado de SILVA (1987). Seu uso, como 'estruturalismo americano', faz referência a um conjunto de concepções teóricas sobre desenvolvimento que consideravam a necessidade de mudanças estruturais na economia, tais como, por exemplo, a reforma agrária, além de defender a interrelação de vários elementos para explicar a causa de determinado problema. Adiante, se faz referência a estas abordagens teóricas.

<sup>10</sup> Esta parte do texto e sua interpretação são feitas com base em Duarte e Gracioli (2007).

**desenvolvimento poderia ser interpretado como um processo social.** Dentro disso, a superação da dependência, enquanto um componente estrutural do capitalismo pressupõe uma articulação entre as forças sociais dominantes internas e os centros hegemônicos, e por isso, mais que um caráter de industrialização, o desenvolvimento periférico deveria ter um caráter industrializante-associado. Esse movimento de associação ao capital internacional traria, inevitavelmente, um aumento nos graus de concentração de renda e a abertura ao capital externo – um dos pilares do consenso neoliberal.

Já a corrente marxista da teoria da dependência, que tem em Ruy Mauro Marini seu principal expoente, defende que a proposta da corrente weberiana, é de subordinação ao capital internacional. Assim, quanto mais se desenvolvessem, mais dependente esses países se tornariam, como a própria história tratou de mostrar.

Outro autor neo-marxista, Jaguaribe<sup>11</sup>, faz uma análise estrutural da economia latino-americana com destaque para a estagnação e desnacionalização tanto econômica quanto cultural e político-militar, questionando-se sobre o caminho mais adequado, reforma ou revolução. Tais alternativas, segundo a concepção do autor, se realizaram em sentido inverso na América Latina: anti-desenvolvimento e contra-revolução. A tese de Jaguaribe centrava-se no dualismo das sociedades latino-americanas. Formulava as indagações seguintes: Por que as sociedades latino-americanas, depois da sua independência até 1930, não puderam alcançar o seu desenvolvimento nacional auto-sustentado? Propondo algumas hipóteses, salientava num primeiro plano que essas sociedades, desde sua Independência até as primeiras décadas do século XX, foram levadas a converter-se em sociedades dualistas, o que impediu a integração social dos países em questão e provocou o estabelecimento de um regime social (quer dizer, de um regime de valores, participação, poder e propriedade) que não contribuía para o desenvolvimento nacional. **Nestas concepções, direta ou indiretamente, a relação entre economia, cultura e desenvolvimento está presente, principalmente por que quando se refere ao dualismo das sociedades, destaca os elementos socioculturais.**

De maneira geral, se poderia afirmar que **as abordagens teóricas que relacionam os fatores espaciais ao crescimento econômico, ou ao desenvolvimento, indiretamente relacionam economia, cultura e desenvolvimento.** Isso pois entre os chamados

---

<sup>11</sup> Conf. Jaguaribe (1972).



fatores espaciais, relacionados com a localização (distância, facilidades de transporte, o tipo de entorno...), estão os elementos sociais e culturais como interferentes. Dentre tais correntes teóricas poderiam ser relacionadas em especial: Teoria dos Encadeamentos, com o conceito de *linkagens* ou encadeamentos para diante e para trás; a Teoria da Dinâmica Circular Cumulativa; o enfoque da Ciência Regional; a Teoria da Polarização ou dos Pólos de Crescimento.

Da mesma forma, a chamada **Teoria do Crescimento Endógeno**, ao defender que o crescimento é impulsionado pela mudança tecnológica que procede de decisões intencionais de investimento, tomadas por agentes maximizadores de recursos econômicos, o que implica que o **crescimento de longo prazo resulta de fatores endógenos em um determinado contexto histórico**, indiretamente, faz uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento. Em geral, são considerados válidos os pressupostos centrais dos modelos de crescimento endógeno, contrapondo-se aos chamados rendimentos crescentes e à convergência, pois reforçam o papel do capital humano, do conhecimento e da mudança tecnológica, destacando sua endogenia. Assim, reforçam a possibilidade dos territórios adotarem políticas ativas para promover o desenvolvimento, com base nas suas potencialidades sociais, econômicas e culturais.

### **A origem teórica nas abordagens recentes**

Para fixar-se apenas nas correntes teóricas mais conhecidas contemporaneamente, sem dúvida, duas delas dão destaque ao tema em seus enfoques. Tratam-se da corrente teórica conhecida como Escola da Regulação ou Teoria da Regulação e da Escola do Institucionalismo e Neo-institucionalismo.

### **A Escola da Regulação**

A Escola da Regulação ou Teoria da Regulação é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa. No centro de suas concepções está a idéia de regulação econômica. Nasceu em meados da década de 1970 de uma crítica severa à economia neoclássica, procurando ultrapassar alguns enfoques desta, através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano e o historicismo alemão. A obra de M. Aglietta, *Regulação e Crise do*

*Capitalismo*, publicada na França em 1976, vale como fundadora desta corrente teórica<sup>12</sup>.

**A Escola da Regulação reconhece o lugar das instituições, formas organizacionais, convenções e regras comportamentais como fatores endógenos inerentes às particularidades estruturais dos sistemas socioeconômicos.** Segundo a abordagem regulacionista, o capitalismo é um sistema naturalmente instável, sujeito a crises cíclicas. Porém, ele consegue se reproduzir durante um determinado período através da criação de um aparato regulatório que, uma vez aceito pelos agentes econômicos, tende a agir de forma anticíclica. Desta forma, a abordagem regulacionista é uma crítica ao marxismo ortodoxo, por defender que as crises do capitalismo não redundam em sua superação.

Dois conceitos são basilares na Teoria da Regulação: regime de acumulação é modo de regulação. Regime de regulação pressupõe um padrão de organização da atividade produtiva adequada ao padrão de consumo, isto é, um nível de atividade econômica compatível com a demanda efetiva. Isto evitaria crises de superprodução ou situações de elevado nível de inflação. Outro conceito é o de modo de regulação, entendido como um conjunto de leis, valores, hábitos que mediam a relação com o regime de acumulação e mantêm a coesão social.

As principais premissas da Teoria da Regulação residem, em suma, no pressuposto de que a produção da estrutura determinante de **um sistema socioeconômico só se realiza na medida em que for capaz de engendrar determinadas particularidades organizacionais e institucionais que garantam a coerência do processo de acumulação de capital e sua expansão, em limites compatíveis com a coesão social no espaço das nações.** Boyer (1990) desdobra esse pressuposto em três hipóteses fundadoras vinculadas a uma problemática macroeconômica: (1) o processo de acumulação de capital é determinante na dinâmica macroeconômica; b) o processo de acumulação de capital não é espontaneamente auto-equilibrado por fenômenos puramente mercantis e concorrenciais; c) as instituições e as formas estruturais são determinantes para direcionar o processo de acumulação de capital através de um conjunto de comportamentos coletivos e individuais coerentes.

Um destes modos de regulação, o fordismo, foi responsável, por exemplo, pela grande estabilidade e desenvolvimento dos países

---

<sup>12</sup> Ver obra do autor publicada no Brasil: Boyer (1990). Outras obras sobre esta corrente teórica: Boyer (1968); Lipietz (1977; 1985); Gorz (1983).

capitalistas ricos, desde a Segunda Grande Guerra até meados dos anos 1970. Fundado sobre a distribuição sistemática dos ganhos de produtividade, de forma a sustentar a demanda necessária para a reprodução ampliada do sistema, é justamente a crise deste modo de regulação que impossibilita a continuidade da divisão internacional do trabalho então vigente, gerando a industrialização de certas regiões do Terceiro Mundo (como o Brasil e a Coreia do Sul) e dos próprios países centrais (como o Nordeste da Itália).

Porém, se o desenvolvimento fora das regiões tradicionalmente privilegiadas se constituiu em uma forma de contornar os efeitos da crise do fordismo, ele não se constituiu de maneira nenhuma em uma solução para esta crise, a qual depende do desenvolvimento de novas formas de regulação. Ao contrário, o desenvolvimento regional ou local representou em muitos casos uma forma de contornar os mecanismos fordistas de regulação, como através da utilização de mão-de-obra pouco sindicalizada, de relações de trabalho familiares, de isenção de impostos, etc.

Por esta razão, muitos estudiosos, defendem que, se o desenvolvimento local ou regional pode contribuir para a superação da crise do fordismo, ele deverá ocorrer no quadro de mudanças mais amplas que incluam: (1) uma diminuição da jornada de trabalho de acordo com a produtividade já alcançada e com o seu crescimento; (2) uma distribuição mais equitativa do trabalho; (3) a formação de um amplo setor de 'economia solidária', autogerida a partir de relações contratuais com os seus usuários, que inclua atividades de reconhecida utilidade social, mas que não conseguem ser valorizadas adequadamente através de mecanismos de mercado; (4) a escolha sistemática de alternativas de desenvolvimento local que privilegiem os seus aspectos ecológicos e sociais e, (5) a constituição de uma agência internacional para a proteção do patrimônio comum da humanidade<sup>13</sup>. São questões ainda situadas muito mais na dimensão da possibilidade do que da realidade.

Mais recentemente, reafirma-se o enfoque do chamado 'Pós-fordismo Regulacionista'<sup>14</sup>, defendendo redes de compromissos, coerências e contratos sociais locais, através de certo modo de regulação localizado, condizente com o regime de acumulação mais geral. De maneira geral reforçam enfoques tradicionais da Teoria da Regulação, adaptados à realidade atual do final dos séculos XX e XXI.

---

<sup>13</sup> Conforme Dallabrida, Basso e Neto (2006).

<sup>14</sup> Autor referência: Lipietz (1985).

## A Escola do Institucionalismo e Neo-institucionalismo

Institucionalismo, originariamente, foi uma corrente do pensamento econômico, tendo predominado no Brasil as idéias do chamado Institucionalismo Americano. Seus maiores nomes foram Veblen, Mitchell e Commons. Em comum, estes autores, ao invés do determinismo do mercado, confiavam nos fatores psicológicos como determinantes maiores dos fenômenos econômicos, recorrendo, portanto, preferencialmente à indução, em detrimento da lógica ortodoxa, procurando uma visão dos agrupamentos e das instituições no lugar da visão individualista predominante na Economia. Contrastam ainda com os clássicos e os socialistas porque, em vez de se preocuparem com o valor do trabalho, colocam a tônica nas previsíveis conseqüências da produção no mercado<sup>15</sup>.

Institucionalismo, refere-se às idéias da escola de pensamento econômico que surgiu na década de 1920 nos Estados Unidos, influenciada, principalmente, por T. Veblen. O autor desenvolveu uma análise econômica baseada no estudo das estruturas, regras e comportamentos de instituições, tais como, empresas, cartéis, sindicatos, o Estado e seus organismos. **Em suma, o institucionalismo ressaltava o papel da estrutura e da organização política e social na determinação dos acontecimentos econômicos.** Os autores institucionalistas se defrontavam com os economistas ortodoxos, criticando-os por distorcerem a realidade pelo uso de modelos puramente teóricos e matemáticos, não levando em conta o ambiente institucional que envolve a economia. Para os institucionalistas, não é a racionalidade, mas os instintos e costumes que movem a economia. Assim, defendem a importância de outras disciplinas, como a Sociologia, a Política e a Antropologia na solução dos problemas econômicos (SANDRONI, 1985).

Os textos seminais sobre institucionalismo e neo-institucionalismo mais conhecidos no Brasil consistem, por um lado, nos trabalhos de North (1990), por outro, nos de Williamson (1975; 1985), que atualiza idéias de outro autor, Ronald Coase, com relação

---

<sup>15</sup> Thorstein Veblen (1857-1929), economista e sociólogo americano de descendência norueguesa é conhecido principalmente pelo livro *The Theory of the Leisure Class*, de 1899 (publicado no Brasil com o título *A Teoria das Classes Ociosas*). Sua obra mais importante em economia, porém, é *The Theory of Business Enterprise*, de 1904. John Commons (1862-1945), também americano, publicou seu trabalho mais citado em 1934, *Institutional Economics* (New York, Macmillan). Wesley Mitchell (1874-1948) foi aluno de Veblen e seu principal livro é *Business Cycles*, publicado em 1913. Posteriormente, publicou vários outros livros e artigos.

aos custos de transação como determinantes das formas organizacionais e das instituições na economia. No entanto, North e Williamson destacam-se como os principais pensadores do neo-institucionalismo, na vertente teórica da Nova Economia Institucional - NEI.

Coase publicou, em 1937, o artigo *The Nature of the Firm (A Natureza da Firma)*, em que introduz a visão da firma como um nexo de contratos e formula a lógica da economia dos custos de transação. Coase se refere ao quadro institucional como essencial, porque o indivíduo comporta-se de forma distinta em diferentes sub-sistemas, o econômico, o legal e o político.

Os princípios estruturantes do Institucionalismo Americano, sobre o funcionamento dos mercados, podem assim serem resumidos: (1) negação das verdades absolutas e incontornáveis dos pressupostos clássicos e neoclássicos sobre o mercado; (2) valorização dos fatores históricos, sociais e institucionais e não simplesmente dados quantitativos; (3) reconhecimento da mudança permanente, dando preferência a modelos dinâmicos; (4) necessidade de considerar o complexo sistema de influências entre indivíduos/instituições/sociedade (a análise bidimensional revelava-se demasiado escassa para as pretensões institucionalistas); (5) valorização da medida empírica dos ciclos de comércio, na procura de compreensão dos ciclos comportamentais das empresas; (6) explicação metodológica da economia através da história e das relações institucionais e não meramente por pressupostos generalistas e exclusivistas; (7) preferência à indução na metodologia de análise; (8) procura de uma visão dos agrupamentos e das instituições no lugar do individualista *homo economicus*; (9) foco nas previsíveis conseqüências da produção no mercado e não no 'mercado' em si; (10) focalização na conduta dos agentes participativos e não valores abstratos como o preço, por exemplo; (11) **procura integrar a economia com outras áreas do conhecimento, como a sociologia, o direito ou a história**<sup>16</sup>.

Já o chamado Neo-institucionalismo, acompanhando as principais teses do institucionalismo, em geral, como uma versão atualizada destas. Não há entre as diferentes áreas da ciência uma concordância, no entanto, em geral, se admitem três versões do neo-institucionalismo: o histórico, da escolha racional e o sociológico. **A abordagem institucionalista e neo-institucionalista, em síntese,**

---

<sup>16</sup> Resumo feito, principalmente, com base em North (1990) e Williamson (1985).

**reconhecem que os processos de desenvolvimento estão condicionados pelas instituições e a cultura do território.** Dentre autores desta corrente teórica encontram-se sociólogos (PUTNAM, 2000; FUKUYAMA, 1995), historiadores (NORTH, 1990), economistas mais do passado e contemporâneos (LEWIS, 1955; STIGLITZ, 2002), além de geógrafos (STORPER, 1997).

Surgida nas primeiras décadas do século XX, a Escola Institucional conheceu um relativo sucesso principalmente nos Estados Unidos. Mas a partir dos anos 1930, sua influência diminuiu ficando mais restrita a alguns círculos de dissidentes da Escola Neoclássica naquele país. Mais recentemente, um novo interesse tem surgido nesta abordagem, especialmente no campo do desenvolvimento regional, materializado no surgimento de instituições específicas, no que se convencionou chamar de neo-institucionalismo.

### **Abordagem neo-institucionalista sobre Nova Economia Institucional**

Uma das obras que tem tido maior repercussão na academia é a de North (1990), que se convencionou chamar de 'Nova Economia Institucional - NEI'. Segundo o autor, dependendo da instrumentalidade institucional, podem-se construir contextos localizados que amenizam divergências, instabilidades e incertezas, através de normas, costumes e regras que regulam o comportamento dos agentes socioeconômicos.

Normalmente a Economia trabalha com o pressuposto de que a racionalidade é um atributo dos indivíduos, embora se admita que, em alguns casos, as suas decisões possam sofrer a influência de relações sociais e de instituições. Entretanto, esta influência (quando admitida) é percebida como uma condicionante externa ao comportamento dos indivíduos, alterando a disponibilidade dos fatores de produção pela limitação ao seu acesso ou através da inibição da sua mobilidade.

**Para os economistas institucionalistas, ao contrário, as instituições condicionam de tal forma o comportamento econômico dos indivíduos, que é impossível afirmarem a existência de uma racionalidade econômica individual.** Segundo esta corrente de pensamento, portanto, o procedimento comumente adotado pelos neoclássicos de abstrair as instituições da análise econômica (através da famosa condição *ceteris paribus*) é absurdo, pois é justamente o papel das instituições que permite explicar a maior parte dos fenômenos econômicos.

## **Abordagem neo-institucionalista sobre Capital Social**

É oriunda, também, da vertente do neo-institucionalismo a abordagem sobre capital social. O conceito é antigo, mas seu debate é revigorado a partir da década de 80, a partir de estudos realizados sobre a experiência italiana de gestão do processo de desenvolvimento local e regional, especialmente os realizados sob a coordenação de R. Putnam (2000)<sup>17</sup>.

Seguindo uma linha de raciocínio neo-institucionalista, Putnam afirma que a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Assim, o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

A confiança é um componente básico do capital social, completa o mesmo autor, assim quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a possibilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, provocando círculos virtuosos que resultam em elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo, características que definem a comunidade cívica. Da mesma forma, a inexistência destas características, também é algo que tende a reforçar-se. Assim, a deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos, completa tal autor.

**Em suma, as abordagens sobre capital social explicam as diferentes dinâmicas de desenvolvimento local, regional ou territorial, segundo o capital social presente nos territórios, o que resulta num maior ou menor dinamismo socioeconômico-cultural.**

### **Considerações finais**

O debate sobre a relação entre economia, cultura e desenvolvimento, como se verifica está presente em diferentes correntes ou abordagens teóricas, desde as clássicas, mas especialmente nas mais recentes. O esforço desenvolvido ao longo deste texto, foi no sentido de buscar algumas origens teóricas do debate

---

<sup>17</sup> Outros autores: Atria (2003); Baquero e Cremonese (2006).

do tema, especialmente nas diferentes correntes teóricas sobre desenvolvimento.

Em algumas correntes ou abordagens teóricas a relação entre economia, cultura e desenvolvimento está mais explícita. São elas as concepções teóricas da Escola ou Teoria da Regulação e da Escola do Institucionalismo e Neo-Institucionalismo.

Mas é fundamental ressaltar uma questão a mais. A definição de desenvolvimento, ao ser diferenciado de crescimento econômico, traz implícita a idéia de transformação e de evolução, pelo fato de incorporar a noção de mudanças de estruturas econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, enquanto no termo crescimento econômico está implícita apenas a idéia de expansão quantitativa. Logo, **na concepção de desenvolvimento, não só há uma relação entre economia, cultura e desenvolvimento. A dimensão econômica e a cultura, são elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento, somados às dimensões social, política, espacial, ecológica e tecnológica.**

Tem-se clareza que a abordagem do tema não se esgota num primeiro ensaio teórico. É necessário aprofundar o tema, seja revisando com mais precisão a literatura, ou mesmo pela investigação empírica. É um primeiro ensaio, um primeiro passo, a ser continuado oportunamente.

## Referências

ATRIA, R. Capital social: concepto, dimensiones y estrategias para su desarrollo. In: ATRIA, R.; SILES, M.; ARRIAGADA, I.; ROBISON, L. J.; WHITEFORD, S. (Compiladores). **Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: En Busca de un Nuevo Paradigma**. Santiago de Chile: CEPAL/Michigan State University, enero de 2003, p. 581-590 (Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Acessado em 10-08-2010).

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. C. (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

BOISIER, S. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. Santiago de Chile: ILPES, 1998.

BOYER, R. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo Nobel, 1990.

BOYER, R. **La théorie de la régulation: une analyse critique**. Paris: La Découverte, 1968.



DALLABRIDA, V. R.; BASSO, D.; NETO, B. S. Abordagens Teóricas sobre Desenvolvimento Local e Regional: Apontamentos de Aula no Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI. In: **Anais do III Simpósio Internacional sobre Formação Docente – SINFORMA**. Santa Rosa: UNIJUI, 2006 (publicação em CD).

DALLABRIDA, V. R. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul(RS): EDUNISC, 2010.

DUARTE, P. H e GRACIOLLI, E. J. A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina. In: **V Colóquio Internacional Marx e Engels**, Campinas, UNICAMP, 2007.

FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Densidad institucional, innovación colectiva y desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los 90s. In: **REDES**, vol. 9, n. 1. Santa Cruz do Sul – RS – Brasil: EDUNISC, jan./abr./2004, p. 7-35.

FUKUYAMA, F. **Trust. The social Virtues and the Creation of Prosperity**. Penguin Books: Londres, 1995.

GORZ, A. **Les Chemins du Paradis: L'agonie du Capital**. Paris: Editions Galilée, 1983.

HERMET, Guy. **Cultura & Desenvolvimento**. Petrópolis(RJ): Vozes, 2002.

JAGUARIBE, H. **Crisis y alternativas de America Latina: reforma o revolución?** Buenos Aires: Paidós, 1972.

LEWIS, A. **The Theory of Economic Growth**, George Allen & Unwin, Londres, 1955.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. Problemas da industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1985.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1977.

MARSHALL, A. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 2 v.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Ed. Futura, 2002.

STORPER, M. **The Regional World: territorial development in a global economy**. New York: The Guilford Press, 1997.

WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição dos padrões. In: SCHWARTZMAN J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 53-116.

WILLIAMSON, O. **Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications**. New York: The Free Press, 1975.